

À PRESIDÊNCIA DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE MERCEDES, ESTADO DO PARANÁ.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 91/2023.

NOVAFROTA EQUIPAMENTOS S/A, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob nº 03.509.150/0010-04 ENDEREÇO: AV. ANTONIO VOLPATO, 1912 – CENTRO – SARANDI/PR CEP: 87111-011, neste ato devidamente representado pelo procurador LUCAS DE FREITAS SILVA, que vem sempre com elevado respeito interpor:

RECURSO ADMINISTRATIVO

Contra habilitação da empresa **YAMADIESEL COMERCIO DE MÁQUINAS – EIRELI**, inscrita no CNPJ 22.087.311/0001-72, com base nos fundamentos jurídicos e fáticos que seguem:

1. DOS FATOS.

Ao proceder à análise meticulosa da documentação referente ao Pregão Eletrônico em epígrafe, constatou-se que a descrição técnica do objeto ofertado fornecida pela empresa vencedora do certame não está em plena conformidade com os requisitos fundamentais estabelecidos no edital.

Esta constatação põe em evidência a imperativa necessidade de observância dos princípios da legalidade, da isonomia, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, os quais são pilares do regime de licitações e contratações públicas, conforme preconizado pela Lei Federal nº 14.133/2021, conforme será demonstrado a seguir.

2. DOS FUNDAMENTOS.

No decorrer da meticulosa análise documental inerente ao processo licitatório em tela, mais precisamente o exposto no Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA (retificado), identificou-se uma especificação notável referente ao número de marchas, conforme descrito: "*com no mínimo quatro velocidades a frente e **quatro** a ré*".

Item	Qtd	Unid	Descrição	R\$ Unit	R\$ Total
1	1	unid	Retroescavadeira nova, fabricação não inferior ao ano 2023/2023, com tração 4x4, acionada por motor turbo diesel, de 4 cilindros, potência líquida mínima de 92 hp, emissão de poluentes de acordo com a norma mar1/tier 3; transmissão do tipo power shift/power shuttle, com no mínimo quatro velocidades a frente e quatro a ré. Sistema elétrico de 12 v com bateria de no mínimo 100 ah, alavancas de acionamento do sistema de retroescavadeira padrão escavadeira (sae estilo americano), sistema de direção hidráulica, freios a discos múltiplos banhados a óleo, eixos traseiros e dianteiros com redução final por planetárias externa a roda, caçamba do carregador frontal com dentes com capacidade mínima de 0,88 m³, com nivelamento automático com dentes. Caçamba da escavadeira com capacidade mínima de 0,20 m³ com dentes, depósito de combustível no mínimo de 130 litros, profundidade mínima de escavação da retro com 4.250 mm. (Padrão sae), pneus novos. Peso operacional no mínimo de 7.100 kg. Cabine fechada rops/fops com ar condicionado. Assento com apoio de braços e cinto de segurança. Faróis dianteiros e traseiros para trabalho noturno com luzes halógenas. Com entrega técnica de no mínimo 16 horas e deverá	506.666,67	506.666,67

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone/Fax (45)3256-8000 – CEP 85998-000 – Mercedes – PR
e-mail: mercedes@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Item	Qtd	Unid	Descrição	R\$ Unit	R\$ Total
			acompanhar o equipamento no ato da entrega técnica, chave reserva, manuais de operação e manutenção em língua portuguesa, em pdf ou pendrive. Garantia mínima de 12 meses. Com estoque de peças e assistência técnica a uma distância rodoviária não superior a 120 km.		

Esta exigência não se configura como mera formalidade, mas sim como um requisito técnico imprescindível para assegurar a eficiência operacional e a adequação do equipamento às demandas de produtividade e segurança, especialmente no que tange à capacidade de resposta rápida e eficaz em operações que exigem alta performance.

Nesse sentido, constatou-se que a proposta apresentada pela empresa vencedora da licitação **não atende integralmente ao estipulado no edital**, uma vez que sua ficha técnica não informa de maneira imperativa a quantidade de marchas a ré. O catálogo disponibilizado pelo fabricante o qual a Recorrida anexou no processo, informa a quantidade mínima de 3 marchas. Porém através de uma breve pesquisa constatamos que o termo “mínimo” foi inserido recentemente no prospecto do fabricante, sendo que não há qualquer evidência de uma quarta marcha a ré e sua respectiva velocidade alcançada, tanto que foi possível encontrarmos catálogo com a informação de forma clara que o modelo ofertado possui 3 marchas a ré.

Além do catálogo encontrado, anexo a este, também foi localizado o manual de operação e manutenção da retroescavadeira XC870BR-I, feito pela fabricante da máquina, onde demonstra de maneira clara e objetiva que a mesma possui apenas 3 marchas a ré.

6.5 Transmissão

Fabricante	ZF
Modelo	Ergopower WG94
Tipo	Powershift 4WD
Frente/Reverso	4F/3R
Seletor de Marcha	Elétrico
Velocidade de Condução	
Marcha 1	5.5
Marcha 2	8.9
Marcha 3	19.5
Marcha 4	38

Essa informação encontra-se na página 188 do referido manual em anexo.

A menos que a proponente Recorrida, evidencie e comprove que a máquina possui 4 marchas, por meio de documentos técnicos emitidos pela fabricante, evidencia-se que o termo “mínimo” utilizado no catálogo é usado apenas para confundir comissões em certames que exigem 4 marchas a ré.

A não observância desta especificação técnica fundamental compromete a finalidade para a qual o equipamento foi solicitado, podendo resultar em falhas operacionais que afetariam diretamente a continuidade e a eficiência das operações.

É de suma importância destacar que se a quantidade de marchas a ré pudesse ser menor, as concorrentes poderiam citar em suas propostas objetos de marcas diferentes, com preços diferentes diante dessa possibilidade. Tal situação ilustra claramente como o acatamento da proposta da licitante vencedora, que não atende às especificações técnicas exigidas, atinge não só a igualdade de competição, mas também prejudica a obtenção da melhor relação custo-benefício para a administração. A escolha de equipamentos com especificações inferiores, portanto, além de violar as condições estabelecidas, pode induzir a uma falsa economia, onde o custo inicialmente menor pode resultar em maior consumo de recursos e despesas adicionais em manutenção e operação ao longo do tempo.

Cumpramos destacar que o modelo 310P da John Deere, ofertado pela empresa VENEZA EQUIPAMENTOS SUL COMÉRCIO LTDA também não atende ao mesmo requisito de maneira completamente explícita, já que seu catálogo demonstra a quantidade de 2 marchas a ré.

Sistema de Transmissão									
Transmissão		4 velocidades, engrenagens de dentes helicoidais, transmissão PowerShift™ completa com padrão de inversor hidráulico, interrupção elétrica da embreagem no nível de pá-carregadeira							
Conversor de Torque		Estágio único, bifásico com taxa de parada em equilíbrio de 2,63:1; 280 mm (11 in.)							
Medido com Pneus Traseiros 19.5L-24		Motor Padrão							
		Avanço	Ré	Avanço	Ré	Avanço	Ré	Avanço	Ré
Marcha 1		5,4 km/h (3,4 mph)	6,8 km/h (4,2 mph)	5,4 km/h (3,4 mph)	6,8 km/h (4,2 mph)	5,4 km/h (3,4 mph)	6,9 km/h (4,3 mph)	5,4 km/h (3,4 mph)	6,9 km/h (4,3 mph)
Marcha 2		9,9 km/h (6,2 mph)	12,5 km/h (7,8 mph)	9,9 km/h (6,2 mph)	12,5 km/h (7,8 mph)	10,0 km/h (6,2 mph)	12,7 km/h (7,9 mph)	10,1 km/h (6,3 mph)	12,7 km/h (7,9 mph)
Marcha 3		20,3 km/h (12,6 mph)	N/A	20,3 km/h (12,6 mph)	N/A	20,7 km/h (12,9 mph)	N/A	20,8 km/h (12,9 mph)	N/A
Marcha 4		37,0 km/h (23,0 mph)	N/A	36,9 km/h (22,9 mph)	N/A	37,4 km/h (23,2 mph)	N/A	37,1 km/h (23,1 mph)	N/A
Sem certificação / Tier 2 da EPA / Estádio II da UE / HALT / Mor-I / Tier 3 da EPA / Estádio IIIA da UE / R96 / FT 4 da EPA / Estádio IV da EPA									

Sem certificação / Tier 2 da EPA / Estágio II da UE / HALT / Mar-I / Tier 3 da EPA / Estágio IIIA da UE / R96 / FT4 da EPA / Estágio IV da EU

3. DO DIREITO.

A violação do princípio da vinculação ao instrumento convocatório é manifestamente evidente neste processo licitatório. Este princípio assegura que tanto a Administração Pública quanto os participantes do certame estão estritamente atrelados às disposições estabelecidas no edital. Portanto, a Administração, ao desconsiderar o descumprimento de uma cláusula essencial relativa à especificação da quantidade de marcha a ré, age em contrariedade direta a este princípio, comprometendo a legalidade e a legitimidade de todo o processo licitatório.

É incontestável que a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração transcende a mera análise de custo-benefício, englobando também a capacidade técnica do proponente de cumprir integralmente com as especificações e exigências estabelecidas no edital. A falha em atender a estas especificações não apenas compromete a execução contratual adequada, mas também a própria eficiência da contratação, podendo acarretar prejuízos e inconvenientes para a Administração Pública e para o atendimento das necessidades da população.

Diante do exposto, torna-se imperativo assegurar o estrito cumprimento das normas editalícias e dos princípios que norteiam a Administração Pública, visando à promoção da isonomia, da legalidade e da eficiência na contratação pública. Em particular, é essencial desclassificar aqueles proponentes que não atendem às especificações técnicas exigidas pelo edital.

A Lei Federal nº 14.133/2021, que estabelece o novo regime jurídico das licitações e dos contratos administrativos, reforça a necessidade de estrita aderência ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, garantindo que tanto a Administração Pública quanto os licitantes observem fielmente as condições elencadas no edital. A inobservância destas estipulações não apenas viola este princípio, mas também compromete a essência da competição justa e igualitária, fundamental para a seleção da proposta mais vantajosa e o fomento ao desenvolvimento nacional sustentável.

Portanto, qualquer falha em cumprir integralmente os requisitos técnicos estabelecidos demonstra não apenas uma negligência com as obrigações legais e regulamentares, mas também ressalta uma preocupante falta de comprometimento com as práticas de responsabilidade social. Nesse contexto, é mandatório que medidas corretivas sejam imediatamente adotadas pelos responsáveis, com o intuito de assegurar a integridade, legalidade e eficácia do procedimento, garantindo assim a participação de licitantes plenamente qualificados e em conformidade com as legislações pertinentes.

Precisamos frisar que todos os participantes e interessados tiveram a oportunidade de impugnar o edital, conforme o item 22 do mesmo, sendo que não há o que se falar na necessidade ou não em se exigir 4 marchas a ré nesta fase do certame.

Também com relação ao princípio da economicidade, a Recorrente afirma que, caso venha sagrar-se vencedora do certame, se compromete a negociar preço inferior ao da primeira colocada.

4. DOS PEDIDOS.

Portanto, pugna-se pela Análise Detalhada das Irregularidades: Solicita-se que seja realizada uma revisão meticulosa das irregularidades apontadas, baseando-se nos documentos apresentados e nas normativas aplicáveis, com o objetivo de confirmar as falhas identificadas no cumprimento dos requisitos de habilitação estipulados no edital.

Pugna-se pela Desclassificação da Proposta: Proceda-se com a desclassificação da proposta apresentada pela licitante vencedora, YAMADIESEL COMERCIO DE MÁQUINAS – EIRELI, inscrita no CNPJ 22.087.311/0001-72 e da proposta apresentada pela empresa licitante em segundo lugar, VENEZA EQUIPAMENTOS SUL COMÉRCIO LTDA, inscrita no CNPJ 29.644.666/0001-64.

Nestes termos,

Sempre com elevado respeito,

pede deferimento.

Sarandi/PR, 10 de junho de 2024

NOVAFROTA EQUIPAMENTOS S.A.
CNPJ: 03.509.150/0010-04
LUCAS DE FREITAS SILVA – PROCURADOR
RG: 10.741.120-8 / CPF: 012.014.079-90